CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE

CURSO DE DIREITO

Beatriz Tavares Nogueira

Lívia Alves Junqueira

**DIREITO DE IMAGEM COM O AVANÇO DA TECNOLOGIA: UMA ANÁLISE
SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL NO UNIVERSO DAS REDES SOCIAIS E O
DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Belo Horizonte como
requisito parcial para a conclusão do
curso de graduação em Direito.

Orientador: Professor Bruno Miguel
Pacheco Antunes de Carvalho

Belo Horizonte

2023

“O ser humano deveria questionar menos a ética da inteligência artificial e questionar mais a ética do ser humano.” - Juliano Kimura

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o direito fundamental da imagem da pessoa humana, dentro da atual realidade das redes sociais e a acelerada evolução das novas tecnologias de Inteligência Artificial, conhecidas como Deepfakes. Com a capacidade de manipulação da imagem, a Deepfake consegue transportar o retratado a situações nunca antes presenciadas, com extremo realismo. Uma técnica que prometeu revolucionar a Indústria Cinematográfica e a criação de conteúdo nas mídias sociais, vem causando preocupação pelo uso malicioso e descontrolado. As Deepfakes vem sendo utilizadas para a criação de vídeos e imagens pornográficas, não consentidas de mulheres e crianças, representando uma ameaça à segurança pública e portanto, é uma discussão importante para o Direito brasileiro. Nesse trabalho explicaremos o desenvolvimento e funcionamento das Deepfakes, a história e evolução do Direito de Imagem no Brasil, analisaremos os desafios da proteção desse direito fundamental, dentro dessa realidade, bem como apresentaremos os vários mecanismos que já vem sendo desenvolvidos para o controle das Deepfakes.

Palavras-chave: Inteligência Artificial- Deepfake- Direito de Imagem- Deep Learning- Deep Pornography- Reconstrução Digital

ABSTRACT

This study discuss the fundamental right to image of a person, within the current reality of social media and the rapid evolution of the brend new Artificial Intelligence Technologies, known as Deepfakes. With the ability to manipulate images, Deepfakes can transport the subject to situations never seen by them before, with extreme realism. A technique that promised to revolutionize the Film Industry and the content creation on social media has been causing concern due to its malicious and uncontrolled use. The Deepfakes are being used to create pornographic vídeos and imagen without the concent of women and children, representing a threat to public safety and therefore, it´s a important discussion for the Brazilian Law. In this work we will explain Deepfakes´s development and functioning, and elucidate the history and evolution of The Rights of Image in Brazil. We will analyse the challenges of protecting this fundamental right within this reality, as well as present the various mechanisms that are already being developed to control Deepfake.

Keywords: Artificial Intelligence- Deepfake- Right of Image- Deep Learning- Deep Pornography- Digital Reconstruction

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI- Artificial Intelligence

IA- Inteligência Artificial

CC- Código Civil

ADI- Ação Direta de Inconstitucionalidade

STF- Supremo Tribunal Federal

VOCALoID- Empresa de Tecnologia e Inteligência Artificial

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	6
2- O QUE SÃO DEEPFAKES	14
2.1- História da Inteligência Artificial	14
2.2- Deep Learning	16
2.3- Os perigos da utilização mal intencionada das Deepfakes	19
3-OS CRIMES SEXUAIS JÁ RELACIONADOS AO ABUSO DAS DEEPFAKES, DEEP PORNOGRAPHY.....	25
4-DA PROTEÇÃO DA IMAGEM COMO DIREITO DE PERSONALIDADE, CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DIFERENÇA ENTRE IMAGEM-RETRATO E IMAGEM ATRIBUTO.....	27
5-DO CONSENTIMENTO COMO PARADIGMA PARA A UTILIZAÇÃO DA IMAGEM.	29
6-TÉCNICAS E MECANISMOS PARA A DIFERENCIAÇÃO DE CONTEÚDO ARTIFICIAL DO REAL CONSENTIDO	30
7-CONCLUSÃO.....	31
8- REFERÊNCIA	32

1- INTRODUÇÃO

O conceito de imagem segundo Pontes de Miranda é a identificação da pessoa que, ao lado do nome, existe como direito de identidade pessoal e que levou muito tempo para separar o direito à honra do direito à imagem. Ademais, que se ressalte que, apesar da possibilidade de que duas pessoas sejam homônimas, nunca terão a mesma imagem. Sendo, assim, é bastante propício escrever o conceito de Hermano Duval:

“Direito à imagem é a projeção da personalidade física (traços fisionômicos, corpo, atitudes, gestos, sorrisos, indumentárias, etc) ou moral (aura, fama, reputação, etc.) do indivíduo (homens, mulheres, crianças, bebês) no mundo exterior.”

Tem-se que, em tempos passados, a reprodução da imagem era feita por meio de pintura, escultura ou desenho, técnicas que exigiam a presença do retratado durante o processo produtivo e, justamente, por isso, raros eram os casos de captação de imagem sem o consentimento do mesmo.

Dito isso, fica evidente que a área jurídica veio a se intrometer nas questões que envolvem a imagem somente após a proliferação da fotografia, que foi capaz de reproduzir a imagem de forma barata e rápida.¹

O artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988, traz um conceito amplo e genérico sobre a matéria:

“são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.”

¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Outro artigo que faz menção ao tema é o artigo 20 do Código Civil, onde se diz impedida a veiculação da imagem nas hipóteses em que lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais.²

Ressalta-se que é cabível indenização pelo uso indevido da imagem não somente nos casos deste último artigo, mas também em qualquer hipótese em que a imagem seja veiculada ilegalmente e ainda sem o consentimento do titular da mesma. Porém, caso o titular conceda autorização para o uso de sua imagem, daí sim, ele poderá até se aproveitar economicamente dessa concessão, mediante contrato próprio firmado com os interessados.

É o exemplo de artistas que se deixam fotografar tanto a imagem do rosto, como imagens de partes do seu corpo. O contrato adequado é o de licença ou de concessão de uso e autorização da imagem. Nota-se, portanto, que a legislação buscou a proteção, mas ela não chegou a impedir ou vedar toda e qualquer forma de que trata o tema.

Ainda no sentido de proteção, também foi sumulado pelo STJ (súmula 403) que:

“independe de prova ou prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais”.³

Vale evidenciar aqui que, a ADI 4815, diz que é possível a publicação de autobiografias, mesmo sem autorização daquele que é o centro da história, e, posteriormente, mesmo sem essa autorização, caso futuramente este se veja incomodado, basta que procure seus direitos.⁴

² <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/direito-de-imagem>

³ https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2014_38_capSumula403.pdf

⁴ <https://jus.com.br/artigos/62181/o-supremo-tribunal-federal-e-a-permissao-para-publicacoes-de-biografias-nao-autorizadas-uma-analise-da-adin-4815>

A dificuldade se firma, conforme art. 21 do Código Civil⁵, a saber ao certo onde está o limiar entre o direito à vida privada e a intimidade. Há a ideia de círculos concêntricos, que se dispõem a limitar o grau de conhecimento da informação, deixando a vida privada ocupando um maior espaço, seguida pela intimidade em menor grau de alcance e, por fim, o núcleo deste círculo seria o que é considerado segredo.

Tem-se que, o primeiro caso envolvendo o direito à imagem foi registrado na França, em 1855, com a proibição da exposição pública de um quadro representando a diretora da congregação católica Irmãs da Providência, determinada pelo Tribunal de La Seine. Três anos depois, em 1858, no caso de uma atriz chamada Rachel, o Tribunal Civil de La Seine condenou a publicação de um retrato da artista em seu leito de morte. Isso porque as fotografias que deveriam permanecer apenas com os familiares da retratada foram parar nas mãos de uma pintora que as utilizou como matriz para a confecção de desenhos posteriormente expostos e comercializados.⁶

Vale ressaltar que o direito à imagem abrange toda e qualquer pessoa, independente de fama, lembrando ainda que, mesmo após o falecimento, o direito de imagem não cessa, cabendo então aos sucessores do de cujus tal proteção e defesa.

Assim como há a proteção da imagem das pessoas, vale ressaltar que este direito se estende também às coisas, ou seja, sem a autorização do proprietário, fica vedada a divulgação ou exposição a público de, por exemplo, telas, esculturas, fotografias etc.⁷

Outro ponto a ser considerado é que, a imagem de pessoas ou acontecimentos de recorrentes aparições em sociedade, decorrentes do tipo de seus trabalhos e interesse social, não estão cobertas por essa proteção, visto sua notória exposição onde a divulgação de suas imagens é permitida, independente do consentimento, e,

⁵ <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10729483/artigo-21-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002> CC - Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 Institui o Código Civil. Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma. (Vide ADIN 4815)

⁶ .” BEVILÁQUA, Clóvis. Criminologia e direito. Bahia: Fonseca Magalhães, 1896.

⁷ (BERTRAND, André. Droit à la vie privée et droit à l'image, cit., p. 133).

(BARTNIK, Marcel. Der Bildnisschutz im deutschen und französischen Zivilrecht, cit., p. 28).

no caso de pessoas, desde que preservada a sua vida íntima. Exemplos delas são: pessoas no exercício de cargo público, repercussão de fatos e acontecimentos ou cerimônias de interesse público, divulgação de elementos para fins científicos, didáticos ou culturais. Há também os casos de limitação relacionada à ordem pública, como a reprodução e difusão de um retrato falado por exigências da polícia. Obviamente, não teria lógica um criminoso se opor a esta exposição de sua imagem.

Com o advento da tecnologia e, por conseguinte, das redes sociais, observa-se que as novas gerações reproduzem suas imagens, ocorrendo a exposição constante de si e de terceiros, como desejo de serem vistos, conhecidos e percebidos. No caso de exposição voluntária da própria imagem, especialmente em local público ou de forma pública na internet, questiona-se como deveria ser realizada a tutela do direito de imagem daquele que voluntariamente promove a exposição de sua imagem de forma contínua nas mídias sociais. Fato é que, em caso de abuso da referida imagem por terceiros, caberá a devida reparação, que será analisada caso a caso.

Quanto ao Marco Civil da Internet e a responsabilidade dos provedores de serviços por uso não autorizado de imagem ou uso em desacordo com o autorizado, em seu art. 19 diz:

*“Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.”.*⁸

Porém, o art. 19 do Marco Civil foi produzido em um determinado e particular momento de promoção à inovação, e seria, portanto, uma lei que já nasceu obsoleta,

⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm

antiquada, na medida que acontece em um abismo temporal de 18 anos da legislação americana. É claro que o momento atual é completamente diferente da década de noventa. O que antes era promoção à inovação hoje virou um mercado de monopólio pelas "big five".

Diante disso, ainda há um questionamento acerca da constitucionalidade ou não do artigo mencionado:

Em primeiro lugar, está a transformação da responsabilidade dos intermediários na internet. Por volta dos anos 2000, em vários países, as leis que foram aprovadas, apresentavam regimes mais brandos de responsabilidade aos provedores, justamente buscando o incentivo à tecnologia.⁹

Porém, essa realidade veio sofrendo mudanças ao longo dos anos. Hoje, em âmbito internacional, acontece uma tendência de atribuição de maior responsabilidade das plataformas digitais com imposição de deveres, sobretudo das grandes plataformas.

Enfim, o artigo 19 do MCI determina que quem decide o que é ou não ilícito nas plataformas é sempre o poder judiciário, já que as empresas não podem ser responsabilizadas por conteúdo de terceiros, caso acatem decisão judicial de remoção. Essas empresas são livres para decidirem suas regras e suas operações de moderação de conteúdo, mas não podem ser obrigadas a indenizar por não atenderem a demanda extrajudicial de um usuário.¹⁰

Por um lado, os que defendem que essa disposição é inadequada, ou inconstitucional, argumentam que ela conflita com as regras de responsabilidade do Direito do Consumidor; que ela prejudica a garantia de reparação civil em razão de dano moral, defendida pela CF/88 e que a mesma incitaria a continuidade da falta de moderação de conteúdo. Dessa forma, afirmam que, se não houvesse tal imunidade, as plataformas seriam mais atentas em coibir conteúdo prejudicial aos direitos fundamentais, como desinformação e discursos de ódio.

⁹ <https://portal.fgv.br/artigos/artigo-19-marco-civil-internet-merece-audiencia-publica>

¹⁰ <https://www.conjur.com.br/2019-nov-04/stf-debate-artigo-19-marco-civil-internet/>

Do outro lado, aponta-se que as peculiaridades da produção e difusão de conteúdo na internet justificam a existência de um regime de responsabilidade civil diferenciado daquele do Direito do Consumidor para provedores de aplicação; e que essa responsabilidade estimularia os provedores a remover mais conteúdo para evitar o dever de indenizar, tomando menos precauções para proteger conteúdo que julgam lícito.

Nota-se, portanto, três aspectos fundamentais do julgamento sobre a constitucionalidade do modelo judicial notice and takedown no direito brasileiro:

(i) ele discute uma decisão legislativa tomada de forma multisetorial e com amplo debate público; (ii) ele envolve argumentos de caráter técnico, que tratam principalmente do funcionamento das plataformas e de suas capacidades de moderação de conteúdo, e (iii) qualquer que seja seu resultado, ele terá impacto considerável sobre o exercício da livre expressão em plataformas digitais, quer consolidando o regime atual, quer criando incentivos para uma postura mais vigilante das plataformas.

Se levarmos esses pontos em consideração, é difícil negar que foi correta a decisão do STF de adiar o julgamento para viabilizar a realização de uma audiência pública, visto ser uma decisão difícil e de impacto social relevante.

Os mais diversos grupos de interesse ingressam na arena judicial para levar para a Corte argumentos e contra-argumentos em prol de suas necessidades, o que é legítimo e proveitoso na regulação de tecnologias.

Por essas e muitas outras razões, a audiência pública não é só conveniente, mas fundamental para uma boa decisão sobre a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, em busca de corrigir qualquer erro e evitar uma decisão isolada e apressada.

Portanto, se no Brasil a isenção de responsabilidade das plataformas digitais já nasceu desatualizada, insistir em uma interpretação e aplicação textual rigorosa do art. 19 do Marco Civil pode manter o país por mais tempo em descompasso com as melhores tendências internacionais.¹¹

Destarte, observa-se que, o provedor, caso acionado, deverá retirar o conteúdo ilegal da página, imediatamente, sob pena de ser responsabilizado civilmente. Na tentativa de mitigar esse tipo de problema, as próprias páginas das mídias sociais costumam disponibilizar as opções “denunciar”, “violação de direito autoral” ou “uso desautorizado de imagem”.

Os termos de uso das redes sociais, atualmente praticados, são insuficientes para proteger os usuários das redes. Faltam-lhes transparência e informação de forma a garantir que o consentimento do usuário com a limitação ao exercício do direito de imagem seja informado. Sugere-se também evolução no marco regulatório para que se fiscalizem os provedores de aplicações que coletam e tratam dados dos usuários, de forma a lhes garantir maior proteção. Por fim, conclui-se que o direito de imagem, fruto de lenta construção e solidificação, está aparelhado para coibir abusos e desrespeito praticados nas redes sociais.

Assim como o CC de 1916 envelheceu e foi necessária a inovação de alguns artigos que acabaram culminando no CC 2002, nos parece, pela acelerada evolução tecnológica, obviamente demonstrada pela rapidez com a qual as coisas estão mudando, que o legislador terá que acompanhar de forma bem célere e de perto os avanços que a população demanda.

¹¹ <https://www.migalhas.com.br/coluna/direito-privado-no-common-law/363020/a-in-constitucionalidade-do-art-19-do-marco-civil-da-internet>

2.0- O QUE SÃO DEEPPFAKES

2.1- História da Inteligência Artificial

O fenômeno das Deepfakes surgiu a partir de 2017 e para entender o que elas são é necessário compreender alguns conceitos. Nos últimos anos a Inteligência Artificial (IA) vem ganhando cada vez mais espaço no cotidiano mundial. O investimento nessa tecnologia se tornou o grande foco de várias empresas e órgãos governamentais graças a sua capacidade de produção em massa com tempo otimizado, permitindo ao mesmo tempo um corte de gastos consideráveis.¹²

Essa não é uma realidade apenas de países de primeiro mundo, a inteligência artificial encontrou um espaço até mesmo no maior órgão do poder judiciário no Brasil, o Supremo Tribunal Federal, que celebrou uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e, graças a um investimento de R\$1,6 milhões de reais implementou Victor.¹³

Victor é uma inteligência artificial capaz de identificar recursos com precisão de 85%, executando tarefas em minutos. Victor atua na triagem de recursos recebidos pelo STF e facilita a análise de temas de repercussão geral. Seu nome foi uma homenagem ao Ex-Ministro Victor Nunes Leal, que atuou na Suprema Corte entre os anos de 1960 e 1969.¹⁴

Embora a inteligência artificial tenha recebido muita atenção nesses últimos anos, não podemos dizer que essa é uma tecnologia recente, considerando que os primeiros anos de estudo sobre essa matéria começaram na primeira metade do século XX.

Alan Turing foi o grande pioneiro da computação e começou a desenvolver estudos acerca de programação e o desenvolvimento de máquinas com sistema e capacidade de memória e escrita automática em 1935¹⁵.

¹² CHIALLERO Felipe, FRANKLIN Gabriela, NÃO ACREDITE EM TUDO QUE VÊ: DEEPPFAKE PORNOGRAPHY E RESPONSABILIDADE CIVIL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO, Itajaí, Direito e Política, vol.18, n.2, 2023, 429, Disponível em:<https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/19869/11490>

¹³<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=471331&ori=1>

¹⁴ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=471331&ori=1>

¹⁵ COPELAND, B. J. Alan Turing and the beginning of AI. Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/technology/artificial-intelligence/Alan-Turing-and-thebeginning-of-AI>. Acesso em: 29 maio 2023.

Alguns anos mais tarde, em 1948 Turing desenvolveu um estudo chamado Intelligent Machinery que, ainda que não tenha sido publicado, foi responsável por estabelecer os conceitos iniciais da inteligência artificial quando a pesquisa foi reiniciada por outros cientistas posteriormente.¹⁶

Em 1956 o primeiro projeto de inteligência artificial foi desenvolvido o Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence (Projeto de Pesquisa de Verão sobre a Inteligência Artificial de Dartmouth – tradução livre). O objetivo do projeto era o aprofundamento do estudo da mente humana para que essa pudesse ser reproduzida em máquinas.¹⁷

O Grupo Independente de Peritos de Alto Nível sobre Inteligência Artificial (GPAN IA), formado pela Comissão Europeia, define a inteligência artificial como um sistema desenvolvido por humanos que, em sua complexidade, atua no meio físico e digital, tendo a capacidade de perceber e interpretar o ambiente, coletando informações e desenvolvendo estruturas de dados e, com base nisso, conseguindo tomar decisões, fundamentando-se em parâmetros pré-definidos.¹⁸

A inteligência artificial também tem a capacidade de adaptação a partir de tentativa e erro, aprimorando-se conforme nos resultados não tão positivos anteriores.

Isso é apenas possível a partir da utilização de algoritmos, que são, resumidamente, fórmulas matemáticas e operações estatísticas que programam e executam tarefas em um curto espaço de tempo e com um alto grau de precisão. Dessa forma a IA utilizada e alguns métodos de aprendizagem como o machine learning (aprendizado da máquina- tradução livre), que consiste no método por meio do qual o computador

¹⁶ <https://x2inteligencia.digital/2020/02/20/historia-da-inteligencia-artificial-2/>

¹⁷ ARTIFICIAL Intelligence Coined at Dartmouth. DartmouthCollege,Hanover.Disponível em:<https://home.dartmouth.edu/about/artificial-intelligence-ai-coined-dartmouth>.Acesso em:29 maio 2023.

¹⁸ ARTIFICIAL Intelligence Coined at Dartmouth. Dartmouth College, Hanover. Disponível em: <https://home.dartmouth.edu/about/artificial-intelligence-ai-coined-dartmouth>. Acesso em: 29 maio 2023

busca padrões nos dados a partir de estatísticas para otimizar a tomada de decisões.¹⁹

Assim a máquina, por tentativa e erro, como dito anteriormente, gera um catálogo de resultados, que tornam os algoritmos preparados para uma resposta mais eficiente que aquela entregue anteriormente, gerando maior capacidade de resolução de problemas, essa tecnologia é normalmente usada para o reconhecimento facial e na decodificação de linguagem.

Dentro da ampla categoria de tecnologias que utilizam machine learning existe um segmento de inteligência artificial que utiliza de uma técnica ainda mais aprimorada, o deep learning ou, por tradução livre, o aprendizado profundo.

2.2- Deep Learning

O método de deep learning utiliza de neural networks, ou seja, assim como o cérebro humano, a máquina possui um complexo de neurônios, que são pequenas unidades de computadores simples que se conectam. Essas redes neurais permitem que a máquina tome decisões precisas baseadas em dados. Essa é a tecnologia da inteligência artificial utilizada para a criação de Deepfakes²⁰, cujo nome advém da junção entre o termo deep learning com ``fake`` ou falso²¹.

As Deepfakes são, portanto, técnicas que utilizam Inteligência Artificial para criar fotos, vídeos e áudios falsos por meio da combinação entre esses elementos.

Embora o termo original fosse ``Fakevideo``, o nome DeepFake se popularizou graças à uma história publicada no Site Reddit, quando um usuário que se apelidou de Deepfake, especialista em inteligência Artificial, passou a substituir rostos de pessoas em cenas de filmes famosos. O termo então passou a ser associado à

¹⁹ 08.+NÃO+ACREDITE+EM+TUDO+QUE+VÊ (4).pdf

²⁰ RAIS, Diogo; SALES, Stela Rocha. Fake News, Deepfakes e Eleições. In: RAIS, Diogo (coord.). Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. p. 28

²¹ FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. A evolução da Inteligência Artificial em breve retrospectiva. In: BARBOSA, M. M.; BRAGA NETTO, F.; SILVA, M.C.; FALEIROS JÚNIOR, J. L. M. Direito Digital e Inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa. Indaiatuba: Editora Foco, 2021. p. 21.

técnica que opera a fusão de imagens em movimento, gerando um vídeo, com um grau de realidade elevado, a ponto de, apenas com bastante atenção, que se é possível notar de se tratar de uma montagem.²²

Os advogados Bobby Chesney e Danielle Citron descrevem as deepfakes como “a manipulação digital de som, imagens ou vídeos para imitar alguém ou fazer parecer que a pessoa fez alguma coisa- e fazer isso de maneira que seja cada vez mais realística, a ponto de um observador desavisado não conseguir detectar a falsificação”.²³

De acordo com Igor Lemes, estudante de matemática computacional na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a técnica é feita com programas que processam dados e repetem padrões.

Segundo o mesmo: “Primeiro, é necessário entender que *deep learning* é um tipo de inteligência artificial que foi criado com a intenção de simular o funcionamento dos nossos neurônios, ainda que esteja muito longe de fazê-lo. Com uma rede de neurônios artificiais, o programa é capaz de processar dados e aprender padrões existentes nesses dados, e alguns são feitos para imitar esses padrões. Assim, quanto mais neurônios e mais dados, mais essa rede consegue aprender e criar”.²⁴

Através das redes neurais, a inteligência artificial analisa imagens, vídeos e áudios e aprende a criar o conteúdo imitando expressões faciais e voz. Graças ao deep learning, quanto mais a IA é exposta ao material visual e auditivo, mais ela se aprimora e se adapta, para que seja possível a produção do conteúdo com maior

²² DEEPFAKE: a era digital e o fim do direito à imagem. Ciência Digital, 6 jun. 2018. Disponível em: <http://www.cienciadigital.com.br/2018/06/06/deepfake-era-digital-e-o-fim-do-direito-imagem/>. Acesso em: 1º set. 2018

²³ 9 No original: “digital manipulation of sound, images, or video to impersonate someone or make it appear that a person did something – and to do so in a manner that is increasingly realistic, to the point that the unaided observer cannot detect the fake” (CHESNEY, Bobby; CITRON, Danielle. Deep fakes: a looming crisis for national security, democracy and privacy?. Lawfare, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://www.lawfareblog.com/deep-fakes-looming-crisis-national-security-democracy-and-privacy>. Acesso em: 9 mar. 2019).

²⁴ <https://www.correiobraziliense.com.br/tecnologia/2022/08/5026860-conheca-a-deepfake-tecnica-de-inteligencia-artificial-para-manipular-videos.html>

fidelidade possível ao original, manipulando o conteúdo audiovisual de maneira tão precisa que, quem o consome, pode ser facilmente enganado quanto sua veracidade.

A tecnologia da Deepfake não só pode ter, como já tem impactado positivamente vários ramos da sociedade, como os meios cinematográfico, educacional, de telecomunicação, dentre outros, sendo já inclusive empregada para auxiliar pessoas com necessidades especiais a exemplo da empresa VOCALiD²⁵, que criou um sistema que permite a criação de voz personalizada para pessoas com deficiência ou cuja habilidade de fala está comprometida.

A partir dessa compreensão de padrões os programas que utilizam-se dessa técnica de deep learning são usados para os mais diversos tipos de utilidades, como a coloração de imagens em preto e branco, reconhecimento de voz²⁶.

Essa técnica é também utilizada para aprender a reconhecer rostos humanos através de diversos mecanismos, por exemplo o uso de pontos referenciais, como a boca, nariz, olhos, sobrancelhas entre outros.

É a partir da junção desses padrões das expressões faciais do indivíduo que o programa consegue substituir a face, utilizando fotos de outras pessoas. Assim o programa consegue substituir a face em qualquer vídeo, sobrepondo as expressões expostas no rosto do vídeo original como uma máscara, dando a impressão realista de que o vídeo fora gravado com a nova face.²⁷

A indústria cinematográfica já se valeu dessa técnica. Um exemplo famoso e recente é o caso do filme Rogue One: Uma História Star Wars de 2016, da série homônima, quando se recriaram alguns personagens.

²⁵ VOCALiD a Veritone company. Disponível em: <https://vocalid.ai/>. Acesso em: 28 maio 2023.

²⁶ POLÍCIA Federal implementa nova Solução Automatizada de Identificação Biométrica. Gov.br, Brasília, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/07/policia-federal-implementa-nova-solucaoautomatizada-de-identificacao-biometrica>. Acesso em: 30 maio 2023.

²⁷ FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. A evolução da Inteligência Artificial em breve retrospectiva. In: BARBOSA, M. M.; BRAGA NETTO, F.; SILVA, M.C.; FALEIROS JÚNIOR, J. L. M. Direito Digital e Inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa. Indaiatuba: Editora Foco, 2021. p. 21.

O Comandante Tarkin, interpretado pelo renomado ator britânico Peter Cushing, que faleceu no ano de 1994 foi “ressuscitado” pela equipe de filmagem valendo-se de técnicas computacionais, foi assim possível a chamada “reconstrução digital” da imagem do falecido ator.²⁸

Não se trata apenas de reproduzir novamente imagens captadas em momento anterior, como o que ocorreu no caso do filme Velozes e Furiosos 7, com o ator Paul Walker, mas sim de criar novas imagens a partir de capturas pretéritas.

No entanto, por ser uma tecnologia poderosa, as Deepfakes já demonstraram também ter a capacidade de causar um impacto avassalador, tanto para a proteção da imagem de indivíduos, quanto para a segurança nacional graças à criação de imagens e vídeos tão realistas.²⁹

2.3- Os perigos da utilização mal intencionada das Deepfakes

É importante ressaltar os perigos da utilização má intencionada dessa técnica revolucionária, já que o risco existe pela capacidade de modificação de falas e gestos de um indivíduo. As montagens possibilitadas pela Deepfake, graças à capacidade de fabricar vídeos de maneira tão próxima da realidade, que o próprio retratado se veja em dúvida quanto à sua autenticidade, colocando-o em situações em que nunca esteve, falando coisas que jamais disse, poderia ser utilizada para cometer os mais diversos tipos de crime, ela em si como tecnologia não é ilegal, mas poderia ser usada para fins ilícitos, prejudicando a imagem do indivíduo inserido no vídeo.

Ao pensar na dignidade da imagem da pessoa, isso é a ideia de que a maneira como se é enxergado por terceiros constitui quem se é, reforça a responsabilidade de retratação correta da pessoa humana por meio da imagem, ou seja, a importância da retratação adequada do indivíduo. A imagem protegida não é apenas a estática, como diz Walter Moraes:

²⁸<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/tecnologia/2018/01/04/a-disney-poderecriar-carrie-fisher-no-proximo-star-wars---mas-nao-vai.htm>. Acesso em: 9 mar. 2

²⁹ <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/issue/view/706>

“Toda expressão formal e sensível da personalidade de um homem é imagem para o Direito. A ideia de imagem não se restringe, assim, à representação do aspecto visual da pessoa pela arte da pintura, da escultura, do desenho, da fotografia, da figuração caricata ou decorativa, da reprodução em manequins e máscaras. Compreende, além, a imagem sonora da fonografia e da radiodifusão, e os gestos, expressões dinâmicas da personalidade, toda e qualquer representação ou expressão da personalidade de um homem, ou de identificação de uma pessoa jurídica, é imagem para fins do Direito”.³⁰

Guilherme Pinheiro, pós-doutor de Direito explica que ainda, no direito brasileiro, não há tipo penal específico para o Deepfake: "Existem ações de indenização civil, caso haja dano moral ou à imagem da pessoa. Do ponto de vista do Marco Civil da Internet, há a possibilidade de requerer que as redes sociais excluam esses conteúdos, mediante ordem judicial³¹".

Vale ressaltar a Lei 13.718/2018 que versa sobre a configuração de crime na prática de publicação de cunho sexual, sem autorização da pessoa.

"Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou

³⁰ MORAES, Walter. Direito à própria imagem (I). Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 443, set. 1972. p. 64.

³¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/tecnologia/2022/08/5026860-conheca-a-deepfake-tecnica-de-inteligencia-artificial-para-manipular-videos.html>

pornografia: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave. ``³²

Um exemplo recente é o do caso envolvendo a cantora Anitta, em 2022, que teve a sobreposição de seu rosto em um vídeo pornográfico utilizando de recursos digitais divulgados em massa no Whatsapp. "No material em que Anitta é inserida criminosamente, é possível notar a sobreposição do rosto quando uma unha desaparece ao passar sobre a boca", explicou o jornalista Bruno Sartori nas redes sociais ³³

Percebe-se que essa nova tecnologia revolucionou a maneira de se debater os direitos de personalidade.

Com o advento das Redes Sociais e a facilidade de disposição da imagem, já não se pode alegar a anonimidade do indivíduo, que com a agilidade de viralização na internet, pode se tornar uma pessoa pública da noite pro dia.

Além da cultura social de presença nas redes é importante comentar sobre as evoluções das técnicas de segurança pública, e a maior disposição de câmera de segurança que expõe o indivíduo e sua identificação³⁴.

Assim, o direito de privacidade, além de já não ser mais visto como direito fundamental, é, de fato, frequentemente considerado um obstáculo à segurança, sendo suprido por legislações de emergência³⁵

Fica evidente assim que falar em direito de imagem hoje não é apenas falar na necessidade ou não do consentimento para a divulgação de uma imagem capturada por meio de uma fotografia ou falar da necessidade de indenização devida por um pintor que retratou a imagem de alguém de forma inadequada aos atributos do retratado. Essas já são questões datadas.

³² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm

³³ <https://www.metropoles.com/celebridades/especialista-explica-como-deepfake-com-anitta-foi-produzido-veja>

³⁴ PEREIRA DE SOUZA, Carlos Affonso. Fundamentos e transformações do direito à imagem. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. p. 1

³⁵ RODOTÀ, Stefano. A vida na sociedade da vigilância – A privacidade hoje. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 14

O direito à imagem envolve mais que nunca a utilização da tecnologia, tanto na divulgação veloz com a internet, como na própria captura ou modificação da imagem. Leva-se em conta, como mencionado anteriormente, a grande quantidade de câmeras de monitoramento que levam à prisão inúmeras pessoas no Brasil, graças aos sistemas de reconhecimento facial por exemplo.

Essa mudança de paradigma não reflete apenas as novas formas e necessidades de captação da imagem, mas também a forma de retratar o indivíduo, já que com o advento da tecnologia das chamadas deepfakes, tornou-se possível a criação de vídeo com cenas inéditas de pessoas, com base em imagens e vídeos antigos e tirados de contexto, criando uma nova realidade quase inquestionável.

As novas técnicas de reconstrução digital impactam consideravelmente ambas, a estrutura do que se compreende como imagem e as formas de dano à mesma, uma vez considerando que o potencial lesivo foi elevado a patamares nunca antes imaginados.

Retornando a um passado não muito distante, a primeira referência à proteção da imagem da pessoa no ordenamento brasileiro veio com a Lei Eleitoral nº 496, de 1º.8.1898, que focava muito na classificação de autor e retratado, “continha norma de proteção à imagem, relacionada ao direito do autor. O artigo 22 da referida Lei estabelecia limitações ao direito do autor, ao conferir ao retratado direitos mais fortes do que os reservados ao retratista”. (BRASIL, Lei Eleitoral 1898)

A mesma vinculação ao direito de autor foi reproduzida no Código Civil de 1916, que no seu art. 666, inc. X, apontava: Não se considera ofensa aos direitos de autor: A reprodução de retratos ou bustos de encomenda particular, quando feita pelo proprietário dos objetos encomendados. A pessoa representada e seus sucessores imediatamente podem opor-se à reprodução ou pública exposição do retrato ou busto.

Finalmente, o Código Civil de 2002 trouxe uma noção de autorização, ao dispor em seu art. 20:

“Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação

de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendente consentimento tácito, que, no caso das fotografias, pode ser “tão usual quanto a celebração de termos por escrito, uma vez que a simples pose para foto já pode consistir em concordância para a sua captura.”

Entendendo o requisito de autorização disposto na lei, falaremos sobre o consentimento, e analisaremos a possibilidade de captura e publicação de imagem não consentida pelo retratado.

Advogado Sênior, professor universitário curso de Direito Antônio Chaves, por exemplo, apontava como hipótese de consentimento presumido o caso de uma pessoa que comparece em público em companhia de uma pessoa famosa, passando, então, a sofrer uma limitação do seu direito à imagem decorrente de sua notoridade ³⁶.

Da mesma forma, para Adriano de Cupis, se aplica o consentimento presumido àquele que “participa em um acontecimento ou em uma cerimônia de interesse público ou ocorrida em público, pode mesmo atribuir-se o consentimento tácito da

³⁶ CHAVES, Antonio. Direito à própria imagem. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. p. 54-55.

reprodução da sua imagem, em várias cópias enquadradas nos ditos acontecimentos ou cerimónias³⁷.

A partir daí é possível perceber que o consentimento é ainda um assunto não resolvido completamente na doutrina.³⁸

Assim, mostra-se necessária a busca constante pela obtenção do consentimento inequívoco do retratado que teve sua imagem violada, considerando o potencial lesivo da divulgação da imagem, ressaltando o impulso avassalador da internet, que, em poucos minutos, pode tornar mundialmente conhecida uma imagem captada por câmara, de um indivíduo que deixa de ser anônimo.

Assim, seria preciso encontrar novos meios que solucionem a questão da divulgação e captação não consentida da imagem, solução essa que se adeque à realidade na contemporaneidade tecnológica, em especial da internet, já que o retrato, uma vez publicado na rede, torna-se extremamente difícil a retirada do conteúdo.

Como se não bastasse o cenário já preocupante no mundo dos vídeos e fotografias indiscriminadamente publicadas nas redes sociais, o cenário se torna ainda mais dramático com a reconstrução digital da imagem, especialmente no caso das deepfakes, já que o controle por parte do retratado é nulo. Já não se discute consentimento na captura ou publicação da imagem, já não basta não sair de casa para não ter sua imagem capturada, a inteligência artificial agora pode recriar sua imagem de maneira tão incrivelmente realista que seria impossível perceber sua artificialidade.

³⁷ Adriano de Cupis já sinalizava para essas duas acepções: “De facto, duas soluções completamente diferentes são possíveis. Ou se atribue ao direito à imagem uma importância geral, que pode ser limitada somente por exceções específicas impostas pelo interesse público; ou o direito à imagem é compreendido na esfera do direito à honra, no sentido de que a tutela jurídica encontra aplicação somente no caso de a difusão da imagem da pessoa ser prejudicial para a honra dela” (DE CUPIS, Adriano. Os direitos da personalidade. Tradução de Adriano Vera Jardim e Antonio Miguel Caeiro. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1961. p. 130)

³⁸ MEDON, Filipe, O DIREITO À IMAGEM NA ERA DAS DEEPFAKES THE RIGHT TO IMAGE IN THE DEEPFAKES AGE, Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil | Belo Horizonte, v. 27, p.256, jan./mar. 2021

3-OS CRIMES SEXUAIS JÁ RELACIONADOS AO ABUSO DAS DEEPFAKES, DEEP PORNOGRAPHY

As imagens e vídeos criados a partir da inteligência artificial vem se mostrando como um grande risco à imagem e dignidade humana, principalmente às mulheres, que com o passar dos anos tem se provado como a maioria das vítimas do conteúdo pornográfico.³⁹

Um estudo publicado em 2019 pela empresa de cyber segurança Deepttrace (denominada hoje Sensity), mostrou que entre dezembro de 2018 e setembro de 2019, foram publicadas cerca de 14.678 Deepfakes, destas 96% sendo imagens com cunho pornográfico e todas essas retratando mulheres. Em um outro estudo da mesma empresa, foram identificadas entre os meses de julho de 2019 e julho de 2020 o crescimento de 330% de circulação de deepfakes, o total de 49.081, sendo a maior parte ainda sendo as chamadas Deepfake Pornography, onde 99% das deepfakes retratavam mulheres, incluindo personalidades famosas e pessoas anônimas.³⁹

Um caso curioso aconteceu com a criação de um aplicativo chamado DeepNude em julho de 2019.⁴⁰ Esse aplicativo de computador utiliza-se da inteligência artificial para remover as roupas das mulheres, gerando partes do corpo nuas. Nesse aplicativo, no entanto, não era possível obter os mesmos resultados com corpos masculinos, considerando que o IA foi treinado para apenas assimilar e reconhecer o rosto feminino.

Uma vez disponível para download os criadores não tiveram controle da quantidade de assinantes e usuários. Em apenas um mês o aplicativo teve 545.162 visitas e 95.464 usuários ativos, de modo que os criadores decidiram por excluir o aplicativo e não lançar novas versões, já que segundo eles “o mundo não está pronto para DeepNude”.⁴¹

³⁹ DEEPTRACE. The State of Deepfakes: Landscape, Threats, and Impact. Amsterdã: Deepttrace, 2019. Disponível em: <https://sensity.ai/reports/>. Acesso em: 14 maio 2023, p. 3

⁴⁰ DEEPTRACE. The State of Deepfakes: Landscape, Threats, and Impact. Amsterdã: Deepttrace, 2019. Disponível em: <https://sensity.ai/reports/>. Acesso em: 14 maio 2023, p. 8.

⁴¹ The State of Deepfakes: Landscape, Threats, and Impact. Amsterdã: Deepttrace, 2019. Disponível em: <https://sensity.ai/reports/>. Acesso em: 14 maio 2023. p. 8.

Apesar da desativação do aplicativo, novos sistemas semelhantes continuaram a ser criados, sendo de incrível fácil acesso e, com apenas uma pesquisa no Google, vários sites com a mesma capacidade podem ser acionados para a criação de um Deepfake pornográfico em minutos.

Um caso onde esse tipo de aplicativo foi usado para a criação de imagens pornográficas falsas aconteceram no Brasil em 2023, mais especificamente em Recife, quando alunas entre 13 e 14 anos, estudantes do colégio Marista São Luiz, foram vítimas de DeepNudes.⁴²

Em outro caso recente, a atriz brasileira Isis Valverde foi vítima de uma imagem falsa circulando na internet. Uma imagem postada nas suas redes sociais foi alterada a partir da IA, despindo-a de maneira artificial.

A partir do caso da atriz, o deputado Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG), apresentou um projeto de lei Penal nº5342/2023, acrescentando o artigo 218-D, para responsabilizar aqueles que “divulgarem, criarem, disponibilizarem, distribuírem, por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha fotos e vídeos de pessoas em cenas de sexo ou nudez, criada por meio de inteligência artificial, sem prévia autorização”.⁴³

Esse projeto de lei prevê uma pena de reclusão de 6 meses a um ano, com agravante caso a vítima seja menor de idade, a pena é aumentada em até um terço se a vítima for menor de 18 (dezoito) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009).⁴⁴

Há na doutrina quem critique o projeto de lei considerando que atualmente na legislação brasileira alguém que disponibilize imagens pornográficas, adulteradas ou não, portanto sendo uma foto verdadeira ou uma Deepfake, responderá pelo crime de Registro Não Autorizado da Intimidade Sexual de acordo com o artigo 216-B, parágrafo único, que diz: “Na mesma pena (de 6 meses a 1 anos) incorre quem realiza

⁴²<https://athenasecurity.com.br/2023/11/13/ia-e-o-deepfake-alunas-sao-vitimas-de-falsos-nudes-e-sofreram-ciberbullying/>

⁴³https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13772.htm#:~:text=216%2DB%20.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.

⁴⁴ <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/projeto-de-lei-para-porno-fake/2037983265>

montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo.⁴⁵

De qualquer maneira, a análise desses casos demonstra a preocupação com o fato de que o Deepfake está sendo usado como uma ferramenta de opressão das mulheres de todas as idades, incluindo crianças e adolescentes. A facilitação do acesso a essas tecnologias de inteligência artificial mostram que as vítimas não serão limitadas à personalidades públicas, mas a mulheres anônimas que poderão ter sua imagem arruinada pelo grau de veracidade que a Deepfake é capaz de produzir.

A grande questão agora é que a Deepfake possa ser utilizada para a prática dos mais diversos crimes como a extorsão e ameaça, além do conhecido “estupro digital”, além é claro o crime da pornografia de vingança e por fim, a desmoralização de mulheres, para que essas sejam prejudicadas tanto em vida pessoal, quanto na profissional.

4-DA PROTEÇÃO DA IMAGEM COMO DIREITO DE PERSONALIDADE, CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DIFERENÇA ENTRE IMAGEM-RETRATO E IMAGEM ATRIBUTO

Para melhor delimitar o conteúdo do direito de imagem é importante compreender que a sua proteção advém de um direito mais amplo de personalidade e por isso, para melhor compreensão, devemos delimitar suas formas atuais.

⁴⁵https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13772.htm#:~:text=216%2DB%20.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.

Essa associação com relação ao reconhecimento à dignidade humana com o direito de imagem podemos perceber que a imagem a ser protegida não é apenas aquela estática, mas toda expressão formal e sensível da personalidade humana, que define a maneira como o outro é percebido em sociedade⁴⁶.

A imagem não está restrita ao aspecto da reprodução visual e física da pessoa retratada, ela abrange as nuances do indivíduo, seu jeito, humor e comportamento em sociedade, elementos essenciais para definir e individualizar o retratado.

A partir dessa associação entre o direito de imagem e o direito à dignidade, percebemos que entendimento anterior de proteção à fisionomia física da pessoa apenas, deixava descoberto uma série de hipóteses em que os atributos de identificação relevantes de uma pessoa poderiam ser manipulados o falsificados a ponto de ferir não apenas a imagem física, mas a forma como essa pessoa será posteriormente reconhecida em sociedade.

Nesse contexto surgem os conceitos de imagem-retrato e imagem-atributo que não se confundem. A imagem-retrato está ligada à expressão formal e sensíveis da personalidade como a reprodução visual do indivíduo; a gravação de sua voz; sua composição genética; partes do corpo, aspectos que apenas o ser humano é titular.⁴⁷

Já a imagem-atributo diz respeito ao conjunto de atributos positivos e negativos de pessoas físicas e jurídicas apresentados à sociedade.

De acordo com Carlos Nelson e Maria Celina Bodin de Moraes, a imagem-atributo poderia ser lesionada através não simplesmente pela divulgação não consentida da imagem, as também a partir de uma vinculação deformada, não condizente com a identidade que o indivíduo constrói ao longo dos anos para ser reconhecido⁴⁸.

Assim, parte da doutrina passou a defender a reconstrução classificatória para a criação de um direito inédito, o Direito à Identidade Pessoal, que agregaria ambos os conceito de imagem anteriormente destacados, considerando a proteção de todos os

⁴⁶ LOUREIRO, Henrique Vergueiro. Direito à imagem. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2005. p. 64

⁴⁷ LOUREIRO, Henrique Vergueiro. Direito à imagem. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2005. p. 64.

⁴⁸ MORAES, Maria Celina Bodin de; KONDER, Carlos Nelson. Dilemas de direito civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. p. 207.

elementos que compõem a manifestação de personalidade em sociedade, seria a associação de proteção da imagem física sem ignorar o conjunto de caracteres relevantes para a identificação do indivíduo em seu meio social, já que a violação ao direito de imagem implica necessariamente em um ataque a aspectos basilares da personalidade humana e portanto à sua dignidade.⁴⁹

5-DO CONSENTIMENTO COMO PARADIGMA PARA A UTILIZAÇÃO DA IMAGEM.

De acordo com o artigo 20 do Código Civil ⁵⁰A autorização/consentimento existe como condição para a utilização da imagem de uma pessoa, ressalvadas as exceções trazidas pela própria lei.

Ainda assim, é importante ressaltar que o consentimento do titular não necessariamente implica a disposição do direito, mas na licença de uso da imagem para determinado fim, dentro dos limites em que se foi autorizado. O direito à imagem permanece com o titular retratado já que a doutrina entende que o consentimento representa um instrumento de manifestação individual no campo dos direitos da personalidade, representando dessa forma a liberdade de escolha de que o indivíduo dispõe, sendo um meio para a delimitação de sua esfera privada.

A licença é, portanto, um negócio jurídico⁵¹. Como discorreu o autor português Menezes Cordeiro, a autorização pode vir, tanto em corpo de contrato, como pode surgir de um ato unilateral, contanto é claro dependendo de consentimento inequívoco que se revela no ato de contratar o próprio retrato, deixando claro em contrato a

⁴⁹ MEDON, Filipe, O DIREITO À IMAGEM NA ERA DAS DEEPFAKES THE RIGHT TO IMAGE IN THE DEEPFAKES AGE, Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil | Belo Horizonte, v. 27, p.264, jan./mar. 2021

⁵⁰ **Art. 20.** Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. (Vide ADIN 4815)**Parágrafo único.** Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

⁵¹ LOUREIRO, Henrique Vergueiro. Direito à imagem. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2005. p. 78.

finalidade a qual este será utilizado e por quanto tempo, para que o ato tenha efeito, na falta desses requisitos o contrato estará sujeito a nulidade⁵².

Assim o consentimento deve ser, “fornecido para um fim determinado, não podendo vir a ser utilizado além das limitações exatas em que for expresso”⁵³. Uma regra implícita é que o consentimento é apenas eficaz em relação à pessoa a quem o negócio foi firmado, tornando impossível as hipóteses de divulgação sucessiva com o tempo.

6-TÉCNICAS E MECANISMOS PARA A DIFERENCIAÇÃO DE CONTEÚDO ARTIFICIAL DO REAL CONSENTIDO

A Marca D’água tem mostrado grande potencial para a identificação de Deepfakes na internet. Essa técnica consiste em sobrepor uma imagem ou texto a um documento ou arquivo de imagem, de maneira inteiramente com o objetivo de parcialmente dificultar a cópia e o uso da imagem sem permissão. Isso já vem sendo utilizado por muitas marcas e empresas na internet, mas a novidade agora é utilizá-la para identificar imagens e vídeos gerados pela IA.⁵⁴

O objetivo é que todas as empresas que desenvolvem softwares capazes de criar deepakes tenham um código único, como uma logo em forma de marca d’água, para que assim seja possível diferenciar a imagem real da Deepfake.

O desafio no entanto é conseguir desenvolver uma marca d’água invisível, já que aquelas marcas d’aguas de imagem ou texto aparente, poderiam ser facilmente percebidas e assim editadas ou cortadas.

Foi pensando nisso que recentemente 7 empresas internacionais, incluindo a OpenAI, Microsoft, Google, Meta, Amazon, Anthropic e Inflection, se comprometeram a

⁵² MENEZES CORDEIRO, António. Tratado de direito civil. 4. ed. rev. e atual., com a colaboração de A. Barreto Menezes Cordeiro. Coimbra: Almedina, 2017. v. 4. p. 259

⁵³ CHAVES, Antonio. Direito à própria imagem. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. p. 56

⁵⁴ <https://experience.dropbox.com/pt-br/resources/what-is-watermarking>

desenvolver tecnologia para a marcação d'água resistente para todo conteúdo gerado pela inteligência artificial.⁵⁵

Ainda não está claro como esse mecanismo funcionará, porém a ideia geral é marcar todas as deepfakes e, com a ajuda de softwares especializados, as próprias empresas poderão identificar aquela imagem ou vídeo falso.

O Google, por exemplo, já começou a desenvolver os testes de aplicação de sua marca d'água – criada pela Deepmind, a extensão de inteligência artificial do Google efetivamente invisível, que permitirá não apenas a empresa, mas que o público também utilize de aplicativos treinados especificamente para diferenciação entre o vídeo real ou aquele feito por máquina.⁵⁶

Esse projeto se chama SynthID e promete funcionar incorporando alterações em pixels individuais nas imagens, de modo que as marcas d'águas sejam invisíveis ao olho humano, porém detectáveis por sistemas de computador.⁵⁷

Por enquanto essa nova tecnologia só funciona em imagens criadas pelo gerador de imagens Google chamado Imagen, porém já demonstra grande potencial no efetivo controle de Deepfakes.

7-CONCLUSÃO

É importante que o sistema jurídico brasileiro, como um todo, se adeque à nova realidade social do avanço acelerado da inteligência artificial, principalmente acompanhar as novas tecnologias de controle às Deepfakes que em pouco tempo já

⁵⁵<https://arstechnica.com/ai/2023/07/openai-google-will-watermark-ai-generated-content-to-hinder-deepfakes-misinfo/>

⁵⁶ <https://olhardigital.com.br/2023/11/17/pro/google-vai-adicionar-marca-dagua-de-audio-em-musicas-geradas-por-ia/>

⁵⁷<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0w3e1g91q1o>

estarão completamente prontas para auxiliar o Direito mundial à identificação das imagens criadas pela IA.

Por hora, enquanto aguardamos a testagem adequada dessa tecnologia de marca d'água, é responsabilidade do legislador e dos estudiosos do Direito que procurem compreender os impactos das Deepfakes na sociedade em apenas alguns anos.

Ainda que a tecnologia de marcas D'água possam ajudar imensamente a atuação da justiça, especialmente nos casos de Deep Pornography, é importante encontrar meios de mitigar os efeitos negativos causados pelo abuso de imagem pela Inteligência Artificial.

As Deepfakes ainda se encontram em um estágio onde é possível perceber sinais da modificação da imagem, é importante por hora analisar se o vídeo apresenta: imagem com movimento irregular; mudança repentina e inconsistência de iluminação; transformação da tonalidade da pele do retratado; notar se o retratado aparece piscando os olhos de maneira não natural, ou se simplesmente não pisca; se a movimentação da boca condiz com as palavras sendo ditas.⁵⁸

Porém, para que o direito brasileiro consiga proteger a sociedade dessa nova ameaça, é necessário compreender a fundo essa tecnologia, além de como ela pode afetar a vida, especialmente de mulheres e crianças, a partir de discussão intensa sobre o assunto.

8- REFERÊNCIA

ACS. **Direito e Imagem**. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília/DF.2020. Disponível

⁵⁸<https://www.kaspersky.com/resource-center/threats/protect-yourself-from-deep-fake>

em:<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/direito-de-imagem>. Acesso em: 20 maio 2023

ARTIFICIAL Intelligence Coined at Dartmouth.

DartmouthCollege,Hanover.Disponível

em:<https://home.dartmouth.edu/about/artificial-intelligence-ai-coined>

dartmouth.Acesso em: 29 maio 2023.

BARBOSA, Juliana. **Especialista explica como deepfake com Anitta foi produzido.** Metrópoles. Brasília, DF.26/07/2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/celebridades/especialista-explica-como-deepfake-com-anitta-foi-produzido-veja>. Acesso em: 16 fev.2023

BELANGER, Ashiley. **OpenAI, Google will watermark AI-generated content to hider deepfakes, misinfo. Seven companies promised Biden they would take concrete steps to enhance AI safety.** ArsTECHINICA. Chicago. 21/07/2023. Disponível em: <https://arstechnica.com/ai/2023/07/openai-google-will-watermark-ai-generated-content-to-hinder-deepfakes-misinfo/>. Acesso em: 19 de nov. 2023.

(BERTRAND, André. **Droit à la vie privée et droit à l'image**, cit., p. 133).

(BARTNIK, Marcel. **Der Bildnisschutz im deutschen und französischen Zivilrecht**, cit., p. 28).

BEVILÁQUA, Clóvis. **Criminologia e direito**.1. Bahia: Fonseca Magalhães, Livraria Magalhães,1896. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518626>

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 159-160

Bittar, Carlos Alberto: **Os direitos da Personalidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, 7ª Edição.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24 de ago 2022.

BRASIL. **Lei N° 13.772, de 19 de Dezembro de 2018.** Dispõe sobre o reconhecimento do violação da intimidade da mulher como violência doméstica e familiar, DF: Diário Oficial da União.

BRASIL. **Lei N° 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.** Dispõe do Código Civil. DF: Diário Oficial da União.

BRASIL. **Lei N° 13.718, de 24 de Setembro de 2018.** Dispõe sobre Importunação Sexual. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

BRASIL. **Projeto de lei N°5342/2023 PL.** Marcelo Álvaro Antônio.06/11/2023. Dispõe sobre a tipificação do crime Pornô Fake. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2401172>. Acesso em 10/11/2023

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça (2º seção) **Súmula n°.403.** Ministro Sávio de Figueiredo Teixeira. São Paulo. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL N. 230.268. 28.10.2009. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2014_38_capSumula403.pdf

CHAVES, Antonio. **Direito à própria imagem.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. p. 54-55. Recuperado de: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66643> (9.mai 2023)

CHAVES, Antonio. **Direito à própria imagem.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. p. 56: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66643> (9.mai 2023)

(CHESNEY, Bobby; CITRON, Danielle. **Deep fakes: a looming crisis for national security, democracy and privacy?**. Lawfare, 21 fev. 2018. Disponível em: [fakes-looming-crisis-national-security-democracy-and-privacy](https://www.lawfare.com/deep-fakes-a-looming-crisis-for-national-security-democracy-and-privacy). Acesso em: 7 mar. 2023).

CHIALERO Felipe, FRANKLIN Gabriela, **NÃO ACREDITE EM TUDO QUE VÊ: DEEPPFAKE PORNOGRAPHY E RESPONSABILIDADE CIVIL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**, Itajaí, Direito e Política, vol.18, n.2, 2023, Disponível em:<https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/19869/11490>. Acesso em: 17 mar.2023

COPELAND, B. J. **Alan Turing and the beginning of AI**. Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/technology/artificial-intelligence/Alan-Turing-and-thebeginning-of-AI>. Acesso em: 29 maio 2023.

DE CUPIS, Adriano. **Os direitos da personalidade**. Tradução de Adriano Vera Jardim e Antonio Miguel Caeiro. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1961. p. 130

DEEPFAKE and Fake Videos- How to Protect yourself. Kaspersky. Moscou, Rússia. 12/07/2023. Disponível em: <https://www.kaspersky.com/resource-center/threats/protect-yourself-from-deep-fake>. Acesso em 18 de nov. 2023

DEEPTRACE. **The State of Deepfakes: Landscape, Threats, and Impact**. **Amsterdã**: Deeptrace, Tracer Newslater. 2019. Disponível em: <https://sensity.ai/reports/>. Acesso em: 14 maio 2023

DIAS, Daniel. **Direito Privado no Common Law- Algumas questões relevantes para o atual debate sobre a (in)constitucionalidade do art.19 do Marco Civil da Internet-Parte 1**. Rio de Janeiro/RJ. Quinta-feira, 4 de Abril de 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/direito-privado-no-common-law/363020/a-in-constitucionalidade-do-art-19-do-marco-civil-da-internet>. Acesso em: jun de 2023

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. **A evolução da Inteligência Artificial em breve retrospectiva**. In: BARBOSA, M. M.; BRAGA NETTO, F.; SILVA, M.C.; FALEIROS JÚNIOR, J. L. M. Direito Digital e Inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa. Indaiatuba: Editora Foco, 2021. 1-50.

GOMEZ, Vitoria Lopes. **Google vai adicionar marca D'água de áudio em músicas geradas por IA**. Olha Digital. São Paulo. SP 17/11/2023. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2023/11/17/pro/google-vai-adicionar-marca-dagua-de-audio-em-musicas-geradas-por-ia/>. Acesso em 19 nov. 2023

GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. **Marco Civil da Internet comentado**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 97. 77

GOOGLE testa marca d'água para sinalizar imagens criadas por IA. BBC Brasil, São Paulo. SP. 29/08/2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0w3e1g91q1o>. Acesso em 18 de set.2023

GOUVEIA, Aline. **Conheça a Deepfake, técnica de Inteligência Artificial que manipula vídeos**, Correio Braziliense Tecnologia. Brasília/DF. 04/08/2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/tecnologia/2022/08/5026860- - tecnica-de-inteligencia-artificial-para-manipular-videos.html>. Acesso em: jul.2023

IA E DEEPFAKE: alunas são vítimas de falsos nudes e sofreram cyberbullying. Athena Security, São Paulo, SP. 13 de novembro de 2023. Disponível em: <https://athenasecurity.com.br/2023/11/13/ia-e-o-deepfake-alunas-sao-vitimas-de-falsos-nudes-e-sofreram-cyberbullying/>. Acesso em 15 de nov. de 2023

LAUX, Francisco de Mesquita. **O Supremo Tribunal Federal debate o artigo 19 do Marco Civil da Internet.** Conjur. 04/11/2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-nov-04/stf-debate-artigo-19-marco-civil-internet/>. Acesso em: 08 de mar. 2023

LOUREIRO, Henrique Vergueiro. **Direito à imagem. Dissertação (Mestrado)** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2005. p.09-206

MEDON, Filipe. **O direito à imagem na era das deepfakes.** Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil, Belo Horizonte, v. 27, p. 251-277, jan./mar. 2021. Acesso em: ago 2022

MENDON.Filipe. **DEEPFAKE: a era digital e o fim do direito à imagem.** Ciência Digital, 6 jun. 2018. Disponível em: <http://www.cienciadigital.com.br/2018/06/06/deepfake-era-digital-e-o-fim-do-direito-imagem/>. Acesso em: 1º set. 2022

MENDONÇA, Helena C. F. Coelho; RODRIGUES, Paula Marques. **Deepfakenews e sua influência no universo feminino.** Migalhas, 4 jul. 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI282987,31047Deep+fake+news+e+sua+i nfluencia+no+universo+feminino>. Acesso em: 1º set. 2023.

MENEZES CORDEIRO, António. **Tratado de direito civil.** 4. ed. rev. e atual., com a colaboração de A. Barreto Menezes Cordeiro. Coimbra: Almedina, 2017. v. 4. p. 259

MONTEIRO, Thais. **Projeto de Lei para “Pornô” Fake**. Jusbrasil. Florianópolis. SC.10/11/2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/projeto-de-lei-para-porno-fake/2037983265>. Acesso em 12 de nov.2023

MORAES, Maria Celina Bodin de; KONDER, Carlos Nelson. **Dilemas de direito civil-constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

MORAES, Walter. **Direito à própria imagem (I)**. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 443, set. 1972. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/170567>. Acesso em: 22 de jul.2023

O QUE é uma marca d’água? Dropbox. Março de 2020. Disponível em: <https://experience.dropbox.com/pt-br/resources/what-is-watermarking> Acesso em 03 de out.2023

PEREIRA DE SOUZA, Carlos Affonso. **Fundamentos e transformações do direito à imagem**. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. p. 1

POLÍCIA Federal implementa nova Solução Automatizada de Identificação Biométrica. Gov.br, Brasília, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/07/policia-federal-implementa-nova-solucaoautomatizada-de-identificacao-biometrica>. Acesso em: 30 maio 2023.

PORTO, Patrícia. CHRISTIAN Loyana, **O Supremo Tribunal Federal e a permissão para publicações de biografias não autorizadas: uma análise da ADIN 4815**. Jus.com.br. 21/11/2017: Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62181/o-supremo-tribunal-federal-e-a-permissao-para-publicacoes-de-biografias-nao-autorizadas-uma-analise-da-adin-4815>: acesso em: 11.abr.2023

PROJETO VICTOR avança em pesquisa e desenvolvimento paa identificação de temas de repercussão geral. Portal STF. Brasília/DF. 19/08/2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=471331&ori=1> acesso em: 17 de mar.2022

RAPHAEL, Pablo. **Alô Disney! Essas tecnologias trariam a Carrie Fisher para o próximo Star Wars**. Tilt Oul. São Paulo/SP. 04/01/2018. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/tecnologia/2018/01/04/a-disney->

poderecriar-carrie-fisher-no-proximo-star-wars---mas-nao-vai.htm. Acesso em: 9 mar. 2023

RODOTÀ, Stefano. **A vida na sociedade da vigilância – A privacidade hoje**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 14

SALVADOR, João Pedro Favaretto. GUIMARÃES Tatiane. **O Artigo 19 do Marco Civil merece uma Audiência Pública**. Portal FGV. 15/06/2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/artigo-19-marco-civil-internet-merece-audiencia-publica>

SCHREIBER, Anderson; RIBAS, Felipe; MANSUR, Rafael. **Deepfakes: regulação e responsabilidade civil**. In: TEPEDINO, Gustavo; SILVA, Rodrigo da Guia (Coord.). O direito civil na era da inteligência artificial. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

Schreiber, Anderson **Direito da Personalidade**. São Paulo.,2011, Atlas.

SPADACCINE, Chiara de Teffé. AFFONSO, Carlos Souza. **Liberdade de Expressão e o Marco Civil da Internet**. Pesquisa TIC Domicílios, Rio de Janeiro. RJ .1. 39-46. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/36006753/LIBERDADE_DE_EXPRESS%C3%83O_E_O_MARCO_CIVIL_DA_INTERNET. Acesso em: 10 mar. 2019).

TEFFÉ, Chiara Antonia Spadaccini de. **Considerações sobre a proteção do direito à imagem na internet**. *Revista de informação legislativa*: RIL, v. 54, n. 213, p. 173-198, jan./mar. 2017. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/213/ril_v54_n213_p173.

VOCALID a Veritone company. A Great Voice Strategy Requires a Remarkable Voice Solution. Disponível em: <https://vocalid.ai/>. Acesso em: 28 maio 2023.

X2ID. **História da Inteligência Artificial**. X2 Inteligência Digital. São Paulo/SP.3 de Março de 2020 Disponível em: <https://x2inteligencia.digital/2020/02/20/historia-da-inteligencia-artificial-2/>. Acesso em 28 de maio 2023